

Ofício SindPFA nº 1452/2020

Brasília-DF, 6 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

**ANTÔNIO HAMILTON MARTINS MOURÃO**

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II-B Térreo

70.083-900 | Brasília-DF

Assunto: **Pede audiência e participação nas reuniões da Comissão Integradora do CNAL**

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,

1. O Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (SindPFA) é a entidade representativa dos Engenheiros Agrônomos da Carreira de Perito Federal Agrário, criada pela Lei nº 10.550/2002, que compõem o quadro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), distribuídos em todo o País. Uma Carreira de Estado, técnica e propositiva, que reúne cerca de 700 profissionais qualificados na ativa.

2. Esta entidade tem desenvolvido, há muito tempo, propostas para uma efetiva governança do território brasileiro. Na visão da categoria, o Incra tem uma missão institucional maior que a reforma agrária, a de gestão das terras, que são o maior ativo e patrimônio deste País, não obstante esta área não tenha avançado como deveria nas últimas décadas. Muito do que a categoria defende e busca apresentar há anos vai ao encontro do que vem sendo oportunamente discutido pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal.

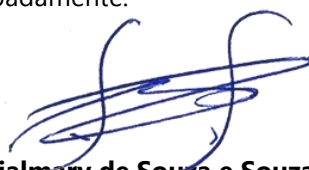
3. Entendemos que o Brasil reclama uma melhor estrutura para centralizar os cadastros e fazer a gestão do território nacional, reduzindo redundâncias, proporcionando segurança jurídica e fornecendo ao Governo informações precisas para a execução de políticas de desenvolvimento rural, integração nacional e defesa da soberania. O arcabouço de órgãos como o Incra, SRB, ICMBio, Ibama e outros deve ser integrado.

4. Há nesta Carreira especialistas em cadastro multifinalitário e governança fundiária que merecem ser ouvidos. A complexidade desse tema exige uma colaboração fina e simbiótica entre ministérios, órgãos ambientais e agrários e até mesmo dos entes federados, motivo pelo qual defendemos um sistema federativo de governança fundiária, tal como o SUS. Partiu desse Sindicato, também, a proposta de um selo, que agora é aventado no Parlamento e no CNAL, para identificar a maioria de produtores rurais regulares para com suas obrigações legais e conferir caráter positivo à necessária fiscalização.

5. Por oportuno, querendo contribuir, o SindPFA vem pedir uma oportunidade de audiência com Vossa Excelência, em que possa melhor se apresentar e elencar essas propostas. Também se pede a oportunidade de participar com um representante das reuniões da Comissão Integradora do CNAL a se realizarem nos próximos dias. Os Peritos Federais Agrários têm compromisso com o rigor técnico e têm no seu quadro especialistas em condições de contribuir efetivamente para os objetivos deste Conselho.

6. Pelo que agradece antecipadamente.

Atenciosamente,



**Djalmary de Souza e Souza**  
Diretora Presidente